

PANORAMA DE INGRESSO NOS CURSOS PRESENCIAIS DE LICENCIATURA DA UFAL: UM RETRATO DO PERÍODO DE 2013 - 2023

Lucas Mariano Brito Silva ¹
Carlos Alberto Vasconcelos ²

RESUMO

Os estudos acerca da formação de professores são importantes indicadores de monitoramento das políticas públicas educacionais voltados à formação docente, apontando lacunas e novos caminhos para a educação no país. Nesse cenário, o presente estudo buscou analisar o panorama de ingresso dos cursos de Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), na modalidade de ensino presencial, no período de 2013-2023. Para isso, o percurso metodológico pautou-se em uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo e exploratório, utilizando o procedimento de revisão bibliográfica. Para fins de coleta e geração de dados, utilizou-se os dados secundários do Painel Estatístico do Censo da Educação Superior, gerenciado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com ênfase nos registros acerca do quantitativo geral de ingresso nos cursos presenciais de Licenciatura, a forma de ingresso, os cursos com maior quantitativo de ingresso, além dos atributos de sexo biológico e cor ou raça. Os resultados demonstram uma variação no ingresso de estudantes, principalmente a partir de 2017, apresentando um quantitativo médio anual de cerca de dois mil ingressantes. Quanto a forma de ingresso, identificou-se a predominância de acesso através do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) com 88,3%, seguido 11% de outra forma e 0,7% por meio de vestibular. No que se refere aos cursos com maior quantitativo de ingresso, identificou-se que os cursos de Pedagogia, Letras/Língua Portuguesa, Ciências Biológicas, Matemática, Química, Geografia, História, Educação Física, Física e Filosofia, respectivamente, possuem maior registro nos últimos dez anos. Em relação aos atributos em relação ao sexo e cor/raça dos ingressantes, constatou-se uma predominância de estudantes do sexo feminino e de autodeclarados pretos/pardos, coadunando com estudos acerca da estratificação social. Desse modo, os resultados permitem avaliar o cenário de ingresso nos cursos de Licenciatura da instituição, considerando os desafios atuais da formação de novos professores.

Palavras-chave: Ensino Superior, Formação de professores, Ingressantes.

INTRODUÇÃO

O âmago da formação docente no Brasil perpassa um cenário de mudanças sociais, econômicas e políticas no país. É salutar considerar que houve avanços significativos a partir da efetivação de políticas públicas educacionais e de legislações específicas de regulação da formação de professores. Entretanto, o cenário ainda apresenta problemas estruturais, que segundo Borges, Aquino e Puentes (2011) são antigos e, ao mesmo tempo,

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Sergipe - UFS, lucas.mbsilva@gmail.com;

² Professor orientador: Pós-Doutor em Educação, Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe - UFS, geopedagogia@yahoo.com.br.



atuais, representando a necessidade de estudos acerca da temática. Na visão de Gatti et al. (2019) um olhar sobre os percursos históricos da formação docente, considerando o contexto, nos permite compreender os aspectos, propostas e políticas atuais.

A formação de professores da educação básica ocupa um dos principais destaques na agenda de políticas públicas educacionais, principalmente a partir da década de 1990 com a instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394/1996, que norteia os rumos da educação no país, sobretudo no que se refere as políticas e programas voltados a formação docente (Isobe *et al*, 2022). Nesse cenário, a LDBEN representa um marco regulatório fundamental para estabelecer as diretrizes e exigências para a formação de novos professores para atender as demandas da educação básica, direcionadas as instituições responsáveis por formar os profissionais, assim como para os cursos de formação de professores.

No que concerne ao Ensino Superior brasileiro, destaca-se que no decorrer das últimas décadas, ocorreu uma série de mudanças, sobretudo, na expansão significativa dos números de vagas, cursos, instituições, bem como a ampliação no quantitativo de estudantes (Barbosa, 2019). O processo de expansão é um reflexo direto da promulgação da LDBEN/1996, com uma intensa ampliação da oferta de oportunidades de acesso decorrentes, principalmente das políticas educacionais de financiamento do governo federal.

Tomás e Silveira (2021) elencam iniciativas do governo federal que possibilitaram o processo de expansão, entre elas: a) o Programa Universidade para Todos (PROUNI) criado em 2004 pela Lei nº 10.891; b) o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni a partir do Decreto nº 6.096/2007; e c) Lei de Cotas conforme a Lei 12.711/2012, além também do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) instituído pela lei 10.260/2001.

Em suma, nota-se que o processo de expansão parte de iniciativas que foram direcionadas tanto para o setor público como para setor privado com intuito de garantir a expansão da educação e a democratização de acesso (Santos; Dias; Vian, 2023). Na visão de Tomás e Silveira (2021) a expansão do ensino superior no Brasil é um fato que demanda a necessidade de uma análise qualitativa, principalmente se associarmos ao contexto da formação de professores. Cabe destacar que as políticas de expansão do Ensino Superior não são direcionadas especificamente para a ampliação da formação de professores, no entanto, subsidiam um processo de ampliação da oferta e ingresso em tais cursos.



Mesmo diante de um cenário de avanços, a formação de professores no Brasil tem enfrentado uma crise intensa, com a baixa procura por cursos de licenciatura e uma queda no número de concluintes. Com um alto índice de desistentes, seja por não se identificarem com a profissão ou por conseguirem uma aprovação em outros cursos considerados de “maior status social” (Ferreira, 2018). Essa problemática tem evidenciado a necessidade de medidas para incentivar e valorizar a formação de professores, a fim de garantir a qualidade da educação no país.

À luz das questões elencadas, este trabalho justifica-se pela necessidade de compreender as nuances do processo de expansão do ensino superior brasileiro e os diversos cenários e os reflexos na formação de professores no contexto da UFAL, assim identificar a heterogeneidade do corpo discente a fim de subsidiar discussões resultantes das políticas educacionais estabelecidas nas últimas décadas. Nesse cenário, o presente estudo buscou analisar o panorama de ingresso dos cursos de Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), na modalidade de ensino presencial, no período de 2013-2023. Para tanto, este trabalho foi organizado em cinco seções, incluindo a introdução, além do delineamento metodológico, resultados e discussões, considerações finais e agradecimentos que serão apresentados no decorrer do trabalho.

METODOLOGIA

Nesta seção, serão apresentados os caminhos metodológicos da investigação quanto a abordagem, objetivos e procedimentos metodológicos, assim como uma breve apresentação do universo da pesquisa.

Lócus da pesquisa

A UFAL, foi criada em 25 de janeiro de 1961, pela Lei nº 3.867, sendo caracterizada como uma instituição de ensino superior, constituída como autarquia educacional de regime especial e vinculada ao Ministério da Educação e Cultura. É a maior instituição de Ensino Superior público de Alagoas, atuando há 64 anos na formação profissional no Estado.

Segundo dados institucionais, a UFAL está presente em 12 municípios alagoanos, representadas pelos quatros campis, as unidades educacionais vinculadas e os polos de Educação a Distância (EaD), a saber: Maceió (Campus Aristóteles Calazans Simões –



A.C. Simões), Rio Largo (Campus de Engenharias e Ciências Agrárias), Delmiro Gouveia (Campus Sertão) com uma Unidade Acadêmica em Santana do Ipanema, e em Arapiraca (Campus Arapiraca) com Unidades Acadêmicas em Viçosa, Penedo e Palmeira dos Índios, além dos polos em Maragogi, Olho D'Água das Flores, São José da Lage e Matriz de Camaragibe. De modo geral, a instituição oferta mais de 100 cursos de graduação entre Licenciaturas e/ou Bacharelados, além da oferta de 55 Programas de Pós-graduação *lato e stricto sensu* (UFAL, 2019a; UFAL, 2019b).

A oferta de cursos presenciais de Licenciatura está presente nos Campis: A.C. Simões, Sertão e Arapiraca. Ao total, são ofertados 15 cursos de licenciatura, são eles: Pedagogia; Letras; Geografia; Ciências Biológicas, Matemática, Ciências: Biologia, Física e Química; Ciências Sociais; Química; Teatro; Filosofia; Física; Dança; Música; História; e Educação Física. No Campus A.C. Simões são ofertados 14 cursos, seguido do Campus Arapiraca com 7 cursos e por último o Campus Sertão com a oferta de 6 cursos. Importa destacar que os cursos supracitados são ofertados em períodos matutinos, vespertinos, diurnos, integral e, em sua maioria, no período noturno com 21 ofertas, com um quantitativo geral de 48 ofertas semestrais ou anuais, a depender do curso.

Caminho metodológico

O processo de construção do conhecimento científico decorre da aplicação de uma série de métodos, técnicas e procedimentos científicos com objetivo de responder aos problemas propostos pela ciência, pela sociedade, entre outros setores como a educação. Nesse sentido, o caminho metodológico percorrido neste trabalho baseia-se numa abordagem qualitativa que segundo Guerra (2014) tem como objetivo principal [...] “aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social [...]”.

Quanto aos objetivos, adotou-se um caráter exploratório e descritivo a fim de investigar mais informações sobre o assunto estudado e descrever as características da população e dos fenômenos do estudo (Prodanov; Freitas, 2013). Os procedimentos metodológicos serão conduzidos através revisão bibliográfica da literatura a fim de fundamentar as discussões inerentes ao objeto de estudo com base nos dados coletados e analisados.



Coleta e análise de dados

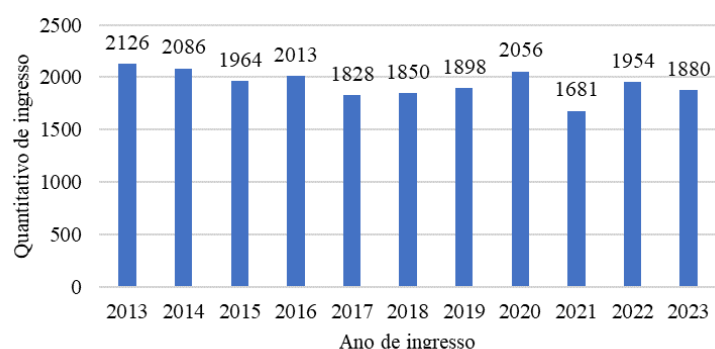
Para compreender o cenário em relação aos ingressantes dos cursos de licenciatura da UFAL, do período de 2013-2023, foi necessário a coleta de dados secundários a partir do Painel Estatístico da Educação Superior, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Para tanto, os registros de interesse foram: quantitativo de ingressantes por ano e por curso; quantitativo quanto as formas de ingresso; quantitativo de ingresso por sexo e por cor/raça. Vale destacar que, os registros por sexo são apresentados como masculino e feminino, conforme a base de dados já mencionada. Já a apresentação por cor/raça segue a classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em pretos, pardos, brancos, amarelo ou indígena.

Desse modo, foram coletados os registros disponíveis do período (2013-2013) dos cursos presenciais de licenciatura ofertados pela UFAL, mencionados anteriormente referente a todas as ofertas realizadas no marco temporal estabelecido. Por fim, os dados foram analisados com auxílio do programa *Microsoft Office Excel®*, de forma descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O panorama geral de análise do estudo permite visualizar um cenário amplo em relação ao quantitativo de ingressantes nos cursos de licenciatura no período de 2013-2023, os cursos com maiores índices de ingresso, assim como permite caracterizar os ingressantes por sexo e cor/raça. Nesse primeiro momento, destaca-se o quantitativo de ingressantes no período analisado com um total de 21.336 estudantes, uma média de 2 mil estudantes por ano, distribuídos nos 15 cursos de licenciatura ofertados pela instituição. Cabe salientar que a análise considera a distribuição nas 48 ofertas anuais ou semestrais no período matutino, vespertino, diurno, integral e noturno. Desse modo, o gráfico a seguir demonstra o quantitativo de ingresso por ano, considerando as questões mencionadas.



Gráfico 1: Quantitativo de ingressantes por ano nas licenciaturas da UFAL (2013-2023)

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Painel Estatístico da Educação Superior (2013-2023)

O gráfico apresenta uma variação com destaque ao ano de 2013 com maior registro de ingresso e no ano de 2021, com o menor número de ingressantes. Esse fator pode estar diretamente associado a pandemia da Covid-19, resultando em uma diminuição de ingresso no Ensino Superior, de modo geral. Entretanto, é salutar apontar também, a ampliação da oferta a partir das políticas educacionais de expansão do Ensino Superior, principalmente através do Reuni.

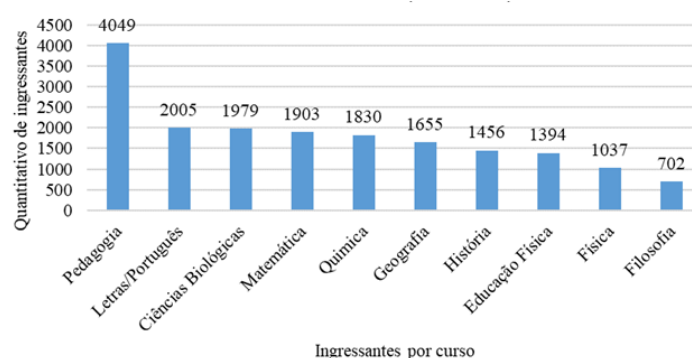
Conforme Tombrini, Rocha e Lima (2020) as regiões que mais apresentam avanços entre período de 2003 a 2013, foram o Norte e Nordeste, em destaque o Nordeste com crescimento de 94% no quantitativo de expansão. Essa política pode indicar um aumento na oferta na educação superior no Estado de Alagoas, sobretudo para os cursos de formação docente, o que representa uma possibilidade de ampliação de profissionais para atender a educação básica.

Em relação a forma de ingresso, identificou-se a predominância de acesso através do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) com 88,3%, seguido 11% de outra forma como reopção e transferência e 0,7% por meio de vestibular. Criado em 1998, o Enem buscava analisar o desempenho dos estudantes da Educação Básica. Em 2004 foi implementado como forma de seleção para o Prouni, e em 2009 passou a ser utilizado para ingresso ao ensino superior associado ao Sistema de Seleção Unificado (SISU) (Nascimento, 2019). Entretanto, diversos estudos apontam para o caráter excludente do exame, como aponta Tratziki (2021, p. 155) destacando que “Enem/Sisu confere ao sistema qualidade e eficiência no processo seletivo, o que pode produzir exclusão em nome da meritocracia. Mas tal tendência é em parte compensada pelas políticas de cotas (acesso)”.

Em um estudo comparativo por forma de ingresso realizado por Travitzki (2021) identificou-se que os ingressantes pelo Enem têm predominância de estudantes de escola pública, o que pode estar associado a políticas de cotas. Em outra perspectiva, utilizando o mesmo cenário de ingresso, Locatelli e Diniz-Pereira (2019, p. 225) indicam que, em geral, os estudantes que optam pela licenciatura, são “origem nas camadas de renda mais baixa da sociedade, não chegam ao magistério por uma opção profissional, mas sim por um movimento de abandono em relação ao que realmente gostariam de fazer”. Do mesmo modo, estudos relatam que as pessoas de classes baixas têm maior chance de ingressar em cursos que são considerados com “menor status acadêmico” como, por exemplo, as licenciaturas (Carvalhoes; Ribeiro, 2019; Locatelli; Diniz-Pereira, 2019).

Em outro aspecto, ao analisar o quantitativo por curso com maior registro de ingressantes no período analisado, identificou-se que o curso de Pedagogia tem o maior procura conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 2: Quantitativo de ingressantes por curso nas licenciaturas da UFAL (2013-2023)



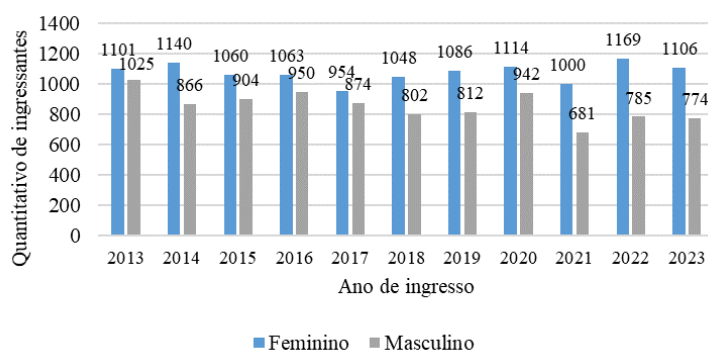
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Painel Estatístico da Educação Superior (2013-2023)

Esse dado é semelhante a análise das licenciaturas no Ensino Superior brasileiro de acordo com o Censo da educação superior no mesmo período de análise. O curso de Pedagogia é destaque nacional no número de ingressantes em cursos presenciais de licenciatura. Na UFAL, o curso em questão é ofertado nos Campis A.C Simões, Campus Sertão e Campus Arapiraca, o que justifica os registros. Cabe ressaltar ainda os cursos de Letras, Ciências Biológicas, Matemática, Química, Geografia, História, Educação Física, Física e Filosofia que também aparecem entre os dez cursos com maior número de ingressantes.



Com políticas de expansão e a ampliação no número de matrículas ao longo desse período espera-se que ocorra heterogeneidades sociais e demográficas, sobretudo dos ingressantes (Morais, 2019). Corroborando com isso, Rocha e Carvalhaes (2023) também denotam a relevância de investigar a heterogeneidade desses estudantes. Associado a isso, os estudos Carvalhaes e Ribeiro (2019) também apontam sobre o processo de estratificação mobilidade social a partir da compreensão das dinâmicas de oportunidades educacionais acesso ao ensino superior. Com base nisso, ao traçar a caracterização dos ingressantes quantos ao atributos de sexo e cor/raça, identifica-se, inicialmente, a predominância da representação do sexo feminino em todos os anos de análise como demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 3: Quantitativo de ingressantes por sexo nas licenciaturas da UFAL (2013-2023)



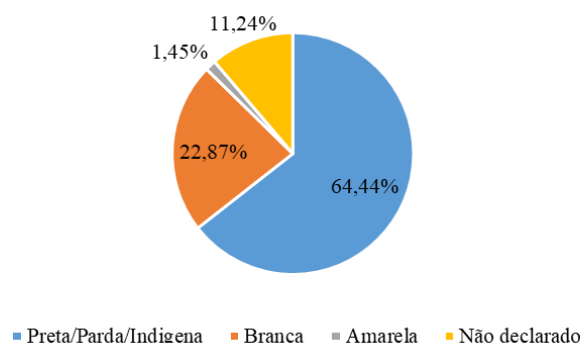
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Painel Estatístico da Educação Superior (2013-2023)

Ao estabelecer uma comparação com os percentuais de ingresso nos cursos presenciais de licenciatura à nível nacional em instituições públicas federais, identificou-se uma semelhança com os registros da UFAL. Em um estudo realizado por Carvalhaes e Ribeiro (2019), notou-se uma estratificação em relação ao sexo em que os cursos da área da docência e cuidados de saúde há uma maior predominância do sexo feminino. Em relação a isso, Tomás e Silveira (2021, p. 159) discutem que essa “distribuição reflete a naturalização dos papéis sociais de gênero que atribui às mulheres e reforça uma função de cuidadoras”. Esse fato ocorre em diversos países com estudo sobre estratificação, inclusive, no Brasil, e pode ter relação com as desigualdades de gênero no mercado de trabalho (Carvalhaes e Ribeiro, 2019).

No que concerne aos registros por cor/raça, nota-se que a maioria dos ingressantes se autodeclara preto, pardo ou indígena, seguidos de estudantes autodeclarados branco,

amarelo com uma pequena porcentagem e uma parcela de ingressantes que não registraram autodeclaração quanto a cor/raça, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 3: Quantitativo de ingressantes por cor/raça nas licenciaturas da UFAL (2013-2023)



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Painel Estatístico da Educação Superior (2013-2023)

A predominância de estudantes pretos, pardos ou indígenas pode estar associada a Lei 12.711/2012, a Lei de Cotas, outro mecanismo fundamental na democratização de acesso às universidades, com objetivo de garantir maior número de ingressantes de uma parte da população historicamente excluída, ou que não possuíam condições socioeconômicas para ingressar na educação superior (Santos; Dias; Vian, 2023). A política de cotas assegura que as vagas deverão ser preenchidas por estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação (Brasil, 2012).

Segundo Santos, Dias e Vian (2023) a democratização possibilitou o ingresso de jovens de classes menos favorecidas, no entanto, Tomás e Silveira (2021), destacam que o acesso às universidades está diretamente marcado pelas desigualdades sociais de classes, raça, gênero e região, que são de origem desde o ensino médio. Portanto, torna-se fundamental acompanhar as mudanças do processo de expansão do ensino superior, sobretudo na formação de professores para alinhar as políticas as necessidades reais da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O presente estudo buscou analisar o panorama de ingresso dos cursos de Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), na modalidade de ensino presencial, no período de 2013-2023. Para tanto, o estudo evidenciou o processo de expansão e democratização do Ensino Superior no Brasil, principalmente pelo estabelecimento de políticas públicas e as contribuições para democratização de acesso. Os resultados do estudo demonstraram uma oferta significativa de cursos e vagas para os cursos de licenciatura na maior instituição federal de ensino de Alagoas, a UFAL, contribuindo na formação de professores para atender demanda da educação básica do Estado de Alagoas.

No que se refere aos ingressantes, registra-se a predominância de estudantes do sexo feminino e que se autodeclaram pretos, pardos ou indígenas, reflexos da democratização do ensino superior, principalmente para parte da população menos favorecida, que historicamente não tiveram oportunidades, propiciando heterogeneidades sociais e demográficas nas universidades. No entanto, ressalta-se a necessidade de ampliar políticas efetivas de permanência nas universidades, sendo um fator fundamental para garantir a formação de novos profissionais.

Ao mesmo tempo, amplia-se a necessidade de adoção de políticas públicas de incentivo à formação de novos professores tais como o Programa Mais Professores para o Brasil – Mais Professores, com intuito de valorizar, incentivar e qualificar a docência no Brasil, que contribuam para a manutenção do professor em aspectos salariais, condições de trabalho, entre outros fatores.

Em suma, diante dos aspectos apresentados, ressalta-se a necessidade da realização de novos estudantes que busquem acompanhar os ingressantes até a conclusão do curso e inserção no mercado de trabalho, assim como a efetivação do Programa Mais Professores para o Brasil – Mais Professores nas políticas de valorização e formação de professores.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Além disso, foi desenvolvido com apoio do Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação de Professores e Tecnologias da Informação e Comunicação – FOPTIC/UFS.



REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. Democratização ou massificação do Ensino Superior no Brasil?. **Educ. Puc.**, vol.24, Campinas, 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1519-39932019000200240&script=sci_arttext. Acesso em: 11 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Lei no. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 20 set. 2024.

BORGES, Maria Célia; AQUINO, Orlando Fernández; PUENTES, Roberto Valdés. Formação de professores no Brasil: história, políticas e perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.42, p.94-112, jun2011 -ISSN: 1676-2584. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639868/7431>. Acesso em: 07 out. 2025.

CARVALHAES, Flavio; RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo Social**, São Paulo, Brasil, v. 31, n. 1, p. 195–233, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/135035>. Acesso em: 26 out. 2025.

FERREIRA, Marilda de Lima Oliveira. Formar professores em tempos de crise da profissão: um olhar sobre a atuação dos docentes da câmpus universitário da UEG de Iporá-Goiás. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://sites.pucgoias.edu.br/posgraduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Marilda-de-Lima-Oliveira-Ferreira.pdf>. Acesso em: 18 out. 2025.

GATTI, B. A. *et al.* **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019. ISBN: 978-85-7652-239-3. Disponível em: https://www.fcc.org.br/fcc/wpcontent/uploads/2019/05/Livro_ProfessoresDoBrasil.pdf. Acesso em: 05 out. 2025.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. Belo Horizonte: Grupo Anima, 2014.

ISOBE, R. M. R. *et al.* Breve histórico das políticas de formação de professores no Brasil. **Cadernos da Fucamp**, v.21, n.52, p.135-153/2022. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2794>. Acesso em: 20 out. 2025.

LOCATELLI, Cleomar; DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Quem são os atuais estudantes das licenciaturas no brasil? Perfil socioeconômico e relação com o magistério. **Cadernos de Pesquisa**, v. 26, n. 3, p. 225–243, 18 Nov 2019 Disponível em:



<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/12767>. Acesso em: 27 out 2025.

MORAIS, Ana Maria de Paula. Uma análise multivariada do perfil de alunos do Ensino Superior. **Revista Econômica do Nordeste**, [S. l.], v. 53, n. 1, p. 45–66, 2022. DOI: 10.61673/ren.2022.1127. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/1127>. Acesso em: 27 out. 2024.

NASCIMENTO, Matheus Monteiro. **O acesso ao ensino superior público brasileiro: um estudo quantitativo a partir dos microdados do Exame Nacional do Ensino Médio**. 2019. 292f. Tese (Doutorado em Ensino de Física) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/188431>. Acesso em: 20 out. 2025.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Plano Pedagógico Institucional**, 2019a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Projeto de Desenvolvimento Institucional** (2019-2023), 2019b.

ROCHA, Diego Nunes da Rocha; CARVALHAES, Flavio Carvalhaes. Quem são os futuros professores do Brasil? O perfil socioeconômico dos cursos de licenciatura do ensino superior. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://ppgsa.plano-b.com/realizacoes/1247/quem-sao-os-futuros-professores-do-brasil-o-perfil-socioeconomico-dos-cursos-de-licenciatura-do-ensino-superior>. Acesso em: 10 out. 2024

SANTOS, Priscila Soares dos; DIAS, Lázaro Cezar; VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. Evolução do Ensino Superior no Brasil: da expansão do acesso às condições de permanência. **Revista de desenvolvimento econômico – RDE**, Ano XXV - N. 54 - Jan./Dez. 2023. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/7587>. Acesso em: 11 out. 2025.

TOMÁS, Maria Carolina; SILVEIRA, Leonardo Souza. Expansão do ensino superior no Brasil: diversificação institucional e do corpo docente. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, [S. l.], v. 9, n. 23, p. 149–177, 2021. DOI: 10.20336/rbs.781. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/article/view/781>. Acesso em: 27 out. 2025.

TRAVITZKI, Rodrigo. Possíveis contribuições do Enem para a democratização do acesso à educação superior no Brasil. **Em aberto**, v. 34 n. 112 (2021). Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4993>. Acesso em: 20 out. 2025.

TROMBINI, Michelle M. Semiguen Lima; ROCHA, Mônica Aparecida da; LIMA, Fernando Silva. Avaliação do programa Reuni em universidades federais no Brasil. **Humanidades & Inovação**, v. 7 n. 6 (2020): Educação formal e não formal, cultura e currículo I. Disponível em: <https://revista.unitins.br>. Acesso em: 20 out. 2025.

